

ARTIGOS

DUAS PRECIOSIDADES DO SÉCULO XVII.

Mário de Andrade e os monumentos históricos de São Roque — Do Cap. Fernão Paes de Barros ao autor de *Macunaíma*.

PAULO DA SILVEIRA SANTOS
do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

E' das mais vastas a bibliografia referente à obra de Mário de Andrade, o que, se por um lado nos permite formar juízo seguro acêrca da produção literária do saudoso escritor, de outra parte esgota o assunto de tal maneira que nada mais ou pouca coisa se poderá trazer de nôvo a êsse campo.

Na verdade, líder intelectual de sua geração, Mário de Andrade exerceu intensa atividade, configurada através de obras de criação e de interpretação crítica, abrangendo os mais variados setores: a poesia, o conto, o romance, o ensaio literário, as artes plásticas, a musicologia, o folclore e a etnografia. Assim, era natural que inúmeros autores, cada qual dentro de sua especialidade, se dedicassem à apreciação minuciosa de determinados aspectos da produção andradeana.

Contudo, o autor de *Macunaíma* não chegou a ser um escritor popular. Conforme a observação de Álvaro Lins, Mário de Andrade

“não alcançou ainda, e jamais alcançará, o sucesso no seio do chamado grande público. Viverá sempre do prestígio e do conceito que conquistou entre os que estão no centro da vida literária” (1).

Foi, realmente, o que se verificou. Porém, o que pretendo focalizar no presente trabalho — deixando de lado quaisquer considerações de ordem literária — será, talvez, uma novidade: vou recordar um pormenor completamente esquecido, senão mesmo ignorado, da biografia de Mário de Andrade — a paixão do passado histórico de São Paulo,

(1). — Álvaro Lins, in “Jornal de Crítica”, 4a. série, Rio de Janeiro, 1946, pág. 159.

espécie de magia que o encantou, levando-o a adquirir duas preciosas construções erigidas no século XVII, no município de São Roque.

E, o que é mais, adquiriu-as não para uso próprio ou para os seus, mas com o objetivo específico de salvá-las das ruínas, restaurá-las para depois, transformadas em museus de arte colonial, entregá-las altruisticamente ao povo.

A propósito, cai aqui, a talho de foice, uma explicação dada certa vez, por Wilson Martins, referindo-se exatamente a Mário de Andrade:

“Bandeirante de tesouros desconhecidos, bandeirante generoso como os outros, que entrega a todos aquilo que os sacis e outros bichos bons da terra lhe segredam ao ouvido...” (2).

*

* *

Quem hoje percorrer o interior do município de São Roque, irá encontrar a uns 7 ou 8 quilômetros adiante da cidade, na direção leste, duas curiosas construções seiscentistas, inteiramente restauradas: a casa de residência — amplo, extenso casarão situado em meio de pitoresca paisagem e, ao lado, a pequena capela de Santo Antônio.

Conjunto de residência e capela, foi o que sobrou da enorme fazenda de propriedade de um potentado paulista, o Capitão Fernão Paes de Barros, irmão de outro potentado, o Capitão Pedro Vaz de Barros, o “Vaz-Guaçu” fundador de São Roque.

Erigidas há cerca de 290 anos (a casa-grande é pouco anterior à capela) representam elas, em nossos dias, dois preciosos monumentos de arte e arquitetura seiscentistas, dentre os poucos que ainda existem no Estado de São Paulo. Em matéria de residência rural, devemos então assinalar que a mansão de Fernão Paes é exemplar raríssimo, possivelmente único no gênero.

Contemporâneas da fundação de São Roque, cabe também ressaltar outro aspecto curioso: enquanto nesta cidade nada mais resta do século XVII, pois há muito desapareceram em ruínas a fabulosa mansão e a capela do padre dr. Guilherme Pompeu de Almeida (1665-1713) e, bem assim, nada ficou da capela de Santa Quitéria (erigida na cidade por frades de São Bento, em 1795), pergunta-se: como se operou esse milagre de sobrevivência unicamente no bairro de Santo Antônio?

(2). — Wilson Martins, *Interpretações*. Rio de Janeiro, 1946, pág. 185.

A resposta é simples e constitui, outrossim, motivo de relevante benemerência em favor de dois escritores paulistas: Paulo Duarte e Mário de Andrade. Sim, mas para que isso acontecesse, houve uma história longa e interessante, que começa por volta de 1680, com Fernão Paes e sua esposa, d. Maria de Mendonça.

História que prossegue com os nomes dos Martins Claro, do Barão de Piratininga (Antônio Joaquim da Rosa), de um chefe político local (Euclides de Oliveira), do dr. Washington Luís, de meu pai, o prof. Joaquim da Silveira Santos, todos de saudosa memória, até que por fim vai ter, já em 1945, a Mário de Andrade.

E' o que se verá em seguida. Entretanto, e para não nos alongarmos, apresentamos apenas os aspectos essenciais do relato, numa síntese dos principais acontecimentos. Para maior clareza da exposição, examinaremos os seguintes pontos:

- a). — história recente: como foi possível a sobrevivência das tricentenárias construções;
- b). — no século XIX: primeira referência ao monumentos; sucessão dos proprietários do latifúndio; esforços no sentido de evitar o desaparecimento das velhas edificações;
- c). — Fernão Paes de Barros, grande potentado da Colônia; serviços relevantes que prestou à Corôa portugêsa; seu genro, o mineralogista lusitano, João Martins Claro;
- d). — Mário de Andrade e a restauração dos monumentos; projeto de transformá-los em museus de arte colonial, como organismos de difusão cultural.

*
* *
*

I

HISTÓRIA RECENTE: COMO FOI POSSÍVEL A SOBREVIVÊNCIA DOS MONUMENTOS.

Paulo Duarte, que costumava visitar o pequeno patrimônio histórico de São Paulo — reduzido às capelas de São Miguel, Embu, Carapicuíba, Santo Antônio, as fortificações de Bertioga — notava, contristado, a decadência que apresentavam cada vez que as procurava. Passou algum tempo sem vê-las; e quando, em companhia de Mário de Andrade, as reviu em meados de 1937, foi encontrá-las de tal forma decrépitas e abandonadas, que não se conteve, deu o grito de alarma.

Os veementes artigos da série *Contra o Vandalismo e o Extermínio* publicados imediatamente em *O Estado de São Paulo* encontraram ressonância, tiveram o condão de impressionar a opinião pública, criando um movimento de simpatia em torno das velhas construções, prestes a desaparecer. Assim se referiu o jornalista à capela de São Roque:

“Há pouco tempo, antes das últimas chuvas, visitei adiante de São Roque a capela de Santo Antônio, acabada de construir em 1681 pelo paulista Fernão Paes de Barros. Acha-se na fazenda que pertence hoje a um espanhol de nome Trujillo, homem hospitaleiro e que na medida de suas posses conserva a pequena capela. Washington Luís visitando-a, há anos, dali trouxe duas estátuas de madeira, espécimes preciosos de escultura de escravos, e que hoje se encontram no Museu do Ipiranga.

“O que resta da capela de Santo Antônio, quase em ruínas já antes das últimas chuvas, é ainda de rara valia histórica. Um pouco de esforço e poder-se-á salvar também a capela de Fernão Paes que ainda tem sua pintura a ouro, seu altar de madeira trabalhado a mão, e outros pormenores admiráveis” (3).

Da tribuna da Assembléia Legislativa (àquêle tempo era Paulo Duarte deputado pelo Partido Constitucionalista) prosseguiu a boa luta e também lá, no plenário, recebeu de seus pares unânimes manifestações de aplausos. Na verdade, tôdas as entidades a que Paulo Duarte se dirigira por carta — o Museu do Ipiranga, a Academia Paulista de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico, o Touring Clube, o Rotary Clube, a Cúria Metropolitana, Associação Comercial, etc. — responderam-lhe hipotecando pleno apóio. Alguns banqueiros se prontificaram a custear as obras de restauração das capelas, enquanto a Cúria igualmente se mostrava disposta a patrocinar o empreendimento.

E assim, govêrno e legislativo bandeirantes, bem como as demais entidades e organizações estudavam o meio prático de defender o escasso patrimônio; e tudo corria em meio de entusiasmo, parecendo encaminhar-se para uma solução francamente favorável, quando a 10 de novembro de 1937 o presidente Getúlio Vargas, diante da surpresa geral da Nação, dá o golpe do “Estado nôvo”. . . Um Estado nôvo verdadeiramente totalitário. . . Paulo Duarte, juntamente com outros democratas, é preso e exilado. Decreto-lei do Govêrno fecha o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas estaduais e as Câmaras de vereadores municipais. Ao mesmo tempo, é criado um órgão au-

(3). — P. Duarte, *Contra o Vandalismo e o Exterminio* in, “O Estado de São Paulo” de 11 de junho de 1937.

tárquico de propaganda, o DIP, no Rio, então Distrito Federal, e nos Estados, os DEIP. A opinião pública, aturdida com os acontecimentos, parece esquecer-se do escasso patrimônio histórico, prestes a desaparecer.

Mas a boa semente estava lançada. Naquele mesmo ano de 1937 o Governo federal, através do Decreto-lei datado de 30 de novembro de 1937 cria, no Ministério da Educação, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com a finalidade específica de

“inventariar, tombar, classificar e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico, existentes no País”.

E' nomeado Diretor geral do Serviço no Rio, o escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade; o Delegado do SPHAN em São Paulo é Mário de Andrade; êste, em companhia do arquiteto urbanista Luis Saia — outro grande pesquisador da história paulista — realiza diversas visitas de estudos às vetustas construções há pouco mencionadas, situadas no município de São Roque. E os dois autores providenciam o tombamento da capela e do velho solar, êste outrora fazenda e residência do Cap. Fernão Paes de Barros, construção que na ocasião se achava em grande parte desfigurada. Luís Saia era então assessor técnico do SPHAN na região de São Paulo.

Cabe, nesta altura, focalizar um pormenor curioso: em sua campanha *Contra o vandalismo e o extermínio* Paulo Duarte apenas mencionava a tricentenária capelinha de Santo Antônio, em São Roque. E' que, ao lado da capela havia um velho casarão, mas de tal forma prejudicado por sucessivas reformas anti-estéticas, que aparentava tratar-se de construção de seus 80 ou cem anos, mas sem nenhum valor histórico.

Entretanto, quando tomou conhecimento do artigo em que o Barão de Piratininga — Antônio Joaquim da Rosa (1821-1886) — descreve a primitiva residência e sede da ampla fazenda do Cap. Fernão Paes, pôde Mário de Andrade avaliar devidamente o enorme valor da referida edificação. Aliás, foi o próprio Barão quem, para comodidade, introduziu a seu belprazer inúmeras adaptações que mutilaram a casa: derrubou paredes, alterou divisões internas, acrescentou um puxado enorme ligado aos fundos da casa, espécie de rancho em que guardava mantimentos, gêneros, arreios, trastes velhos. . .

Mais adiante transcrevemos o artigo que o Barão publicou no *Almanaque Literário da Província de São Paulo* para 1881. Por ora basta assinalar que, tendo Mário adquirido em 1945 a extensa gleba do

sítio Santo Antônio (4) coube a Luís Saia, como assessor técnico do SPHAN recolocar a ampla mansão seiscentista em seus exatos alicerces, repondo-a em sua estrutura arquitetônica e em suas linhas originais. Realizou o dr. Saia um admirável, meticoloso trabalho, que vem minuciosamente relatado numa monografia, que se tornou clássica (5), obteve extraordinária projeção não apenas em São Paulo e no Brasil, como também no Exterior.

Quem por primeiro divulgou a documentação referente à capela de Santo Antônio foi meu pai. E' que de 1936 a 1938 escrevia êle no jornal *O Democrata* de S^o Roque longa série de artigos subordinados à epigrafe *São Roque de Outrora*, artigos êstes mais tarde reunidos e publicados, na íntegra, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (6).

Ora, em fins daquele ano de 1937, aproveitando o ensejo da campanha encetada por Paulo Duarte, resolveu Joaquim da Silveira Santos, num dos rodapés da série, o de nº 51 — *As ermidas do município*, examinar mais detidamente o assunto. As ermidas a que se referia eram a de Santa Quitéria, edificada em 1795 no bairro do mesmo nome, a qual conhecera em criança, mas já parcialmente em ruínas; e a de Santo Antônio, no bairro dêste nome, erigida no século XVII.

Quanto a esta última, apresentou meu pai dois documentos até então inteiramente inéditos: a transcrição, há pouco mencionada, do trabalho do Barão de Piratininga — *A ermida de Santo Antônio* (do *Almanaque para 1881*, ano do II Centenário da Sagração da Capela) e, bem assim, a íntegra da provisão passada em 1681 pelo Protonotário do Arcebispo do Rio, autorizando o padre Francisco de Almeida Lara, de Araçariguama, a que procedesse a bênção daquela capelinha, assim atendendo a petição do Capitão Fernão Paes de Barros.

Mas, voltando ao fio da narrativa. Entre 1938 e 1939 andava Mário de Andrade profundamente aborrecido com a sucessão dos acontecimentos políticos, muito embora fôsse inteiramente alheio e infenso à política. Mas sua natureza, profundamente afetiva, sentia a ausência dos amigos mais íntimos, muitos dêles afastados do País por força das circunstâncias.

E assim, deixa a direção do SPHAN em São Paulo, deixa depois o Departamento Municipal de Cultura e se transfere para o Rio de Janeiro, aonde vai lecionar na Escola de Belas-Artes e fazer crítica

(4). — A área adquirida foi de 14,5 (quatorze e meio) alqueires paulistas.

(5). — Luís Saia, *Arquitetura rural paulista do II século*, in "Revista do SPHAN", nº 8, 1944.

(6). — J. Silveira Santos, *São Roque de Outrora*, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume XXXVII, 1939.

literária na imprensa carioca. Sente-se, porém, desambientado e, após alguns anos, volta definitivamente para São Paulo.

Segundo o depoimento de Paulo Duarte, a preocupação maior de Mário de Andrade era então o Departamento de Cultura, para o qual, durante anos, carinhosamente elaborou importante programa de ação, tarefa a que dedicou o melhor de seu talento criador e de sua incansável atividade (7). Mas o Prefeito da época, tendo em vista medidas drásticas de economia, cortou tôdas as verbas essencia's para a atividade do Departamento. De modo que, impossibilitado de realizar o que pretendia e de continuar as pesquisas iniciadas, demitiu-se Mário de Andrade, profundamente decepcionado e daí o desejo que dê'e se apoderou, de deixar tudo, de abandonar tudo e refugiar-se em algum remanso, longe do torvelinho da Capital, para lá concluir alguns de seus livros.

Ora, achando-se êle, por essa ocasião, interessado em publicações referentes ao folclore, falou sôbre o assunto com diversos amigos e conhecidos, e um dêstes, meu irmão Graco (8) emprestou-lhe a monografia *São Roque de Outora*, já então impressa em separata da *Revista do Instituto Histórico*; a indicaç^o dizia respeito apenas ao capítulo 36, referente às congadas em São Roque. E realmente, êste capítulo — *Coisas d'antanho — As congadas*, em que o autor focaliza os folguedos típicos que os escravos africanos realizavam na cidade, no século passado, foi transcrito na íntegra, numa publicação editada pelo Departamento Municipal de Cultura, intitulada *Tradições Paulistas* (edição de 1940).

Mas, evidentemente o espírito curioso e investigador de Mário de Andrade teve sua atenção voltada para outras passagens do *São Roque de Outora*, sobretudo aquela que apresenta documentação original concernente às construções seiscentistas de Santo Antônio (capítulo 51, páginas 463 a 468 da monografia). Pelo menos, foi o que deu a entender quando me devolveu o trabalho, ocasião em que se mostrou interessado em avistar-se com meu pai.

Infelizmente, e por motivos alheios à vontade de ambos, o encontro jamais se realizou. Sei apenas que o saudoso escritor providenciou a aquisição, para a biblioteca do SPHAN, do número da Re-

(7). — Paulo Duarte, *A paixão de Mário de Andrade*, in "O Estado de São Paulo", de 27 de fevereiro de 1947.

(8). — Graco da Silveira Santos; foi professor de Português no Instituto de Educação "Peixoto Gomide" de Itapetininga, colaborou nos suplementos literários do "Estado de São Paulo", então sob a direção de Léo Vaz. A convite de Mário de Andrade, participou do I Congresso de Língua Nacional Cantada. Aposentado, residia em Santos, onde faleceu recentemente.

vista do Instituto Histórico que publicou na íntegra o trabalho de meu pai. Parece, portanto, fora de qualquer dúvida que o *São Roque de Outrora* terá reavivado, no autor de *Macunaima*, o antigo projeto de adquirir o sítio histórico, em cuja área se achavam, lado a lado, mas já em estado ruinoso, as duas preciosidades edificadas por Fernão Paes de Barros.

Em 1944 pôde finalmente Mário de Andrade concretizar seu velho projeto. Em carta dirigida a Paulo Duarte, então exilado nos Estados Unidos, comunicava, entre outras coisas, que iria efetuar a compra

“de um sítio aqui por perto, que acontece ter dentro uma residência e capela do século XVII”.

Esta missiva é de 5 de agosto. A seguinte, datada de 30 de setembro de 1944, também dirigida a Paulo Duarte, começa com estas palavras:

“Tenho uma notícia daquelas para lhe dar, sente, senão v. cai de costas. Vou comprar o sítio de Santo Antônio, do bandeirante Cap. Fernão Paes de Barros, com capela e tudo. Compro, dão uma parte com capela e casa-grande ao Brasil, que entrará na posse da doação após minha morte” (9).

Na última carta (de 12 de fevereiro de 1945) refere-se Mário de Andrade aos trabalhos técnicos de restauração dos monumentos, nos quais foram recolocados os alpendres. Foi a última carta, porque em fins de fevereiro veio a falecer repentinamente nesta Capital. Enfim, estava dado o passo inicial ao encontro de seu velho sonho, há tanto tempo acalentado — salvar das ruínas a residência rural e a capelinha seiscentistas, restaurá-las, para depois entregá-las ao domínio público, transformadas em museus.

*

* *

II

NO SÉCULO XIX: PRIMEIRA REFERÊNCIA AOS MONUMENTOS — OS DIVERSOS PROPRIETÁRIOS DO LATIFÚNDIO, NA SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA — ESFORÇOS E TENTATIVAS NO SENTIDO DE CONSERVAR AS DUAS PRECIOSIDADES.

Como ficou atrás assinalado, o *Almanaque Literário da Província de São Paulo* para o ano de 1881 publicou uma colaboração assinada,

(9). — Cf. o citado artigo de Paulo Duarte, no “O Estado de São Paulo” de 27 de fevereiro de 1942.

de autoria do Barão de Piratininga (Antônio Joaquim da Rosa) na qual este sanroquense ilustre, elemento de prestígio nas letras, no jornalismo e no cenário político de seu tempo, focaliza as duas construções históricas. Diz êle:

“A 7 kms. de São Roque, em direção ao nascente, o Cap. Fernão Paes de Barros fundou a fazenda de Santo Antônio, construindo no sítio de Boy-poruçuguaba uma casa de estilo gótico, baixa, sombria, escassamente alumiada por pequenas janelas de grade de pau. Extenso paredão de pedra de 2 metros de altura e de todo o comprimento da casa, dá ingresso para o alpendre, aberto na frente, cujo teto é sustentado por colunas de madeira oitavada”.

Em seguida, informa que à direita do alpendre se estendia comprida sala, em cuja extremidade havia um compartimento separado por tabique: ali se achava um altar, em que o padre Belchior de Pontes celebrava missas e outras funções de seu ministério. Como o pequeno oratório já não satisfizesse a religiosidade de d. Maria Mendonça (espôsa de Fernão Paes) pediu esta ao seu marido que, construísse uma capela sob a invocação de Santo Antônio, o que foi feito ao lado da residência. Não se conhece a data certa em que se concluiu a edificação da capela, possivelmente em 1680, alguns anos, ou talvez mesmo muitos anos depois da ampla mansão residencial. E prossegue a descrição:

“Levantou êle (Fernão Paes) a uns 50 metros de sua casa de morada uma capela de dimensões regulares, com côo, púlpito, dois altares laterais com obra de entalhe dourado; capela, altar-mór, trono, sacristia, tórre, etc. De cada lado do altar-mór levanta-se o busto de um africano, sustentando na mão um castiçal. Na parede esquerda do corpo da capela ainda existe uma grande tela representando, no plano superior, o céu com o Padre Eterno, a Virgem, os anjos e os justos e, no plano inferior, o inferno com os répobros, entre os quais, freiras e frades”.

As duas peças ornamentais, figurando dois escravos africanos, cada um segurando enorme castiçal, representam lavôr artístico de extraordinária valia, correspondem a um requinte de arte do seiscentismo. Mas o curioso, no caso, é que os dois tocheiros — que até o momento se encontram sob a guarda do Museu Paulista do Ipiranga (10), foram, de certa forma, a chave, o ponto de partida, a pista inicial para que mais tarde se operasse a restauração da capelinha e da ampla

(10). — Escrito em outubro de 1970.

mansão de Fernão Paes, sede da fazenda do grande potentado paulista. E' o que se verá mais para diante, na seqüência dos fatos.

Agora, retornando ao século XVII. A provisão para que a cape'a fôsse benzida tem a data de setembro de 1681, e é assinada pelo Protonotário do Arcebispado do Rio de Janeiro, dr. Francisco da Silveira Dias: no requerimento o Cap. Fernão Paes alegava que

“sua fazenda de Boy-poruçuguaba na qual assiste com sua família, fica distante de São Roque, de onde é freguês, e não podia ir à missa por causa da distância e ser o caminho áspero e êle achacoso, e não poder arrastar tôda a sua família” (11).

A cerimônia da bênção realizou-se no dia de Santo Antônio de 1682, revestindo-se de grande pompa a solenidade. Celebrou o ato o vigário Francisco de Almeida Lara, de Araçariguama. E' o que informa o Barão de Piratininga em seu citado artigo, acrescentando, em seguida, que o Cap. Fernão instituiu em seu testamento um vínculo perpétuo da fazenda de Santo Antônio, nomeou o administrador e estabeleceu, também, a forma de sucessão dêste, todos, porém, com a obrigação de *mandar rezar anualmente 50 (cinquenta) missas pela a'ma dêle, testador*.

A isto aduz Silveira Santos que, extintos os vínculos e morgadios pela lei provincial de 1835, a fazenda, não obstante, continuou vinculada até 1854, quando ocorreu o falecimento do último administrador.

Foi êle o alferes João de Deus Monteiro de Carvalho, sorocabano, casado em Itú na tradicional família dos Pacheco da Fonseca. O imóvel passou então para os herdeiros do casal, os quais, depois de alguns anos, o venderam ao Barão de Piratininga, que ali costumava passar suas temporadas de repouso, nos intervalos de sua atividade parlamentar (foi Deputado Provincial, presidente da Assembléia paulista; e Deputado Geral, com assento no Congresso do Rio de Janeiro, então sede da Côrte). Instalando-se no amplo casarão foi que êste ilustre parlamentar, escritor e titular do Império resolveu introduzir no prédio, para sua comodidade, as modificações a que atrás nos referimos.

Mas o primeiro administrador da fazenda, nomeado pelo próprio Fernão Paes, foi seu genro João Martins Claro, português de origem, natural de Miranda do Douro, mineralogista, elemento que veio ao Brasil incorporado à comitiva do fidalgo lusitano D. Manoel Lobo.

(11). — J. Silveira Santos, *São Roque de Outrora*, pág. 464.

Casou-se Martins Claro com Inácia Paes, então viúva, filha única do Capitão Fernão e de uma crioula pernambucana, segundo a informação de Pedro Taques, reproduzida por Silva Leme.

Através de outro documento interessante, sabe-se que em junho de 1794, e mediante escritura lavrada no 2º Tabelião de Notas de São Paulo, o padre Antônio de Santa Teresa Xavier adquiriu grande parte das terras pertencentes à fazenda (12).

Na década de 1860 o Barão de Piratininga adquiriu a fazenda em apreço. Nascido em São Roque em 1821, faleceu êle nessa cidade a 26 de dezembro de 1886, sem descendência legítima; por disposição testamentária legou a fazenda de Santo Antônio e outros imóveis ao sr. Maurício de Oliveira, administrador geral de seus bens e pessoa de sua imediata confiança.

E' por volta de 1920 que se iniciam as tentativas no sentido de salvar os dois monumentos históricos, ao menos a capelinha de Santo Antônio. Por êsse tempo, o chefe político local, prof. Euclides de Oliveira (filho do então já falecido sr. Maurício) dirigia o Diretório regional ou distrital do velho Partido Republicano Paulista. Em seus contactos com o dr. Washington Luís, procer do PRP e grande estudioso da historiografia bandeirante, teve o prof. Euclides oportunidade de falar-lhe àcêrca da capelinha seiscentista, erigida por Fernão Paes de Barros, em Santo Antônio.

O dr. Washington Luís mostrou-se interessado em conhecer essa preciosidade e em 1921, quando se achava na presidência do Estado, realizou uma excursão ao sítio histórico em companhia do prof. Euclides, dos drs. Antônio Prado Júnior e Mário Cardim, tendo efetuado a viagem, através de mil dificuldades, num carro de eixo alto, dirigido pelo dr. Prado Júnior. Esta viatura (espécie dos atuais jipes) prestava-se admiravelmente para longas excursões através de estradas sofríveis como aquela.

Depois de demorada inspecção, e achando que seria impraticável, por demais onerosa, determinar a restauração da vetusta capelinha, perdida em meio de cerrado matagal, resolveu o Presidente trazer de lá as duas figuras de africanos, esculpidas em madeira e levou-as, como peças raras, ao Museu Paulista do Ipiranga.

Além do prof. Euclides, também meu pai, êste através da imprensa, apelou aos poderes estaduais para que amparassem, de alguma

(12). — Livro 9, fls. 36. Consta de uma ficha do arquivo do saudoso pesquisador, sr. João B. Campos Aguirra, o qual gentilmente me cedeu para cópia, em 1954.

forma, as duas velhas edificações; e ilustrava seu apêlo citando o caso das igrejinhas históricas, que conhecera em criança, quando já parcialmente em ruínas, depois desaparecidas para sempre: a de Santa Quitéria na cidade de São Roque e a de Nossa Senhora da Conceição, nas proximidades de Araçariguama (bairro do Colégio) edificada pelo fabuloso Padre Dr. Guilherme Pompeu. Nesta, até 1882 e 1883 ainda se realizavam officios religiosos, a que êle, Silveira Santos, teve ocasião de assistir (14).

Pois bem. Em 1936 o escritor e jornalista prof. Paulo Duarte viu no Museu do Ipiranga os dois tocheiros, com a legenda:

“Figuras ornamentais, retiradas pelo Presidente Washington Luís, de uma capela do século XVII, existente no município de São Roque”.

Admirou o combativo jornalista aquelas peças raras, expressivas mostras da arte seiscentista e, como era natural, teve sua curiosidade aguçada pela indicação —

“capela do século XVII, no município de São Roque”...

Imediatamente procurou conhecê-la. Recorreu a amigos, conhecidos e correligionários até que, por indicação de terceiros, foi ter ao dr. Ernesto de Campos, médico de tradicional estirpe sanroquense, que pertencera às fileiras do Partido Constitucionalista; ex-Prefeito de Sorocaba, já por êsse tempo havia o dr. Ernesto abandonado a política, dedicando-se então ao seu consultório clínico nesta Capital, onde faleceu há poucos anos.

Combinada a excursão, esta se realizou em setembro daquele ano de 1936 e dela participaram, além de Paulo Duarte e o dr. Ernesto (que foi o “guia”), os srs. Campos Aguirra, Batista Pereira e outras pessoas. Entrando pelo denso matagal, percorreram as ruínas de taipas da antiga fazenda do Padre Pompeu (bairro do Colégio, Araçariguama) visitaram a seguir a capela de Santo Antônio, ocasião em que o dr. Ernesto tomou algumas fotografias. A casa de Fernão Paes se achava, como dissemos, quase totalmente desfigurada e, portanto, irreconhecível como monumento de valia histórica.

Após essa primeira visita, voltou Paulo Duarte em companhia de Mário de Andrade e Luis Saia a revêr a capelinha de Santo Antônio e então, impressionado com o estado precário desta preciosidade, foi que encetou a veemente campanha pela imprensa, *contra o vandalismo e extermínio*.

(14). — Vide *São Roque de Outrora*, capítulo II, pág. 218.

Mas, para que se possa aferir na devida conta, o valor da capela e da séde da fazenda do Capitão Fernão Paes, vamos interromper em 1936 esta seqüência cronológica para, recuando no tempo, focalizar a figura do ilustre paulista “grande potentado em arcos” de cuja opulenta propriedade chegou a haver exportação de trigo para Portugal. . .

*
* *

III

FERNÃO PAES, GRANDE POTENTADO PAULISTA — SERVIÇOS RELEVANTES QUE PRESTOU À CORÓIA PORTUGUÊSA — SEU GENRO MARTINS CLARO.

Informa Azevedo Marques que

“Fernão Paes de Barros tornou-se notável pela intrepidez na exploração dos sertões, e pela riqueza que adquiriu” (15).

Cabe aqui um pequeno reparo, porquanto nada se conhece de positivo com referência às atividades de Fernão Paes, como bandeirante ou sertanista. Na verdade, êle e seu irmão Vaz-Guaçú, fundador de São Roque, foram aquilo a que se convencionou chamar de “Bandeirantes de retaguarda”: possuidores de imensa fortuna, forneciam dinheiro, mantimentos, provisões e índios seus administrados, e mamelucos para a formação das bandeiras.

Quanto à liberalidade de Fernão Paes, ficou bem assinalada através do testemunho de seu primo-irmão, o linhagista Pedro Taques (de Almeida Paes Leme) (16) cujas palavras foram transcritas por Silva Leme ao tratar dos Pedroso de Barros, no volume II da Genealogia (17). Ali se lê o seguinte:

“O capitão Fernão Paes de Barros foi um dos cavalheiros de maior respeito e tratamento. Como refere Pedro Taques, recebeu honrosíssima carta firmada pelo punho do Rei D. Pedro de Portugal, em 1678. A natureza de seus serviços consta dos autos de justifica-

(15). — M. E. Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos, etc.* 2 volumes, 1879.

(16). — Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana*, in “Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

(17). — L. G. Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, 9 volumes, 1903-1905.

ção que dêles fêz em São Paulo, em 1685, sendo escrivão o Tabelião Roque Mendes da Silva e Juiz ordinário Diogo Barbosa do Rêgo”.

No rol dos serviços que abnegadamente prestou, constam: assistiu sempre à praça de Santos, materialmente e com seus empregados, quando ela se viu ameaçada por invasores holandeses; auxiliou o emissário do Governo luso, Agostinho Barbalho de Bezerra, que viera para o descobrimento de minas de esmeraldas, fornecendo-lhe 1.000 (mil) varas de pano de algodão de sua fazenda, armas e mantimentos, inclusive 60 arrôbas de carne de porco para a jornada (aliás infrutífera) do mencionado Bezerra; quando em 1678 se apresentou à Câmara de São Paulo o Tenente-general Jorge de Macedo, trazendo as reais ordens de ir a Montevideu para descobrir minas de prata, mas achando-se a Real Fazenda de Santos sem dinheiro algum, entregou-lhe Fernão, por intermédio da Câmara, 300\$000 (trezentos mil réis) em moeda corrente, oferecendo ainda tôda a prata de sua copa, a fim de que, por deficiência financeira não percesse a real diligência do Tenente Macedo; quando El-Rei de Portugal precisou de 7.000.000 (sete milhões) para o dote da festa de casamento da Infanta Dona Catarina, foi ainda Fernão quem, atendendo ao apêlo angustiante de Sua Majestade, contribuiu com o maior quinhão arrecado entre seus vassallos; auxiliou também com dinheiro e empregados de sua fazenda o transporte de D. Rodrigo de Castel-Branco, governador geral da Capitania, de Santos para São Paulo. Vindo a São Paulo o fidalgo lusitano D. Manoel Lobo, hospedou-o com tanta magnanimidade, que dêste recebeu elogiosa carta de agradecimentos, na qual mencionava haver sido obsequiado por Fernão com 100\$000 (cem mil réis) em dinheiro de contado e ainda com três dos melhores cavalos de sua cavalaria... etc. E depois de enumerar outros relevantes serviços prestados, os quais constam de honrosas cartas, conclui Silva Leme suas notas sôbre Fernão Paes:

“Teve sua fazenda de cultura em Araçariguama, onde fundou a capela de Santo Antônio, com altar-mor de excelente talha dourada. Casou-se no Rio de Janeiro com d. Maria de Mendonça, de quem não deixou filho algum, porque com ela não teve vida marital pela razão de descobrir sobeja prova contra a pureza de sangue desta senhora, entretanto, teve ela grande tratamento e estimação como espôsa de Fernão. Faleceu êste em 1709 com testamento, e teve em solteiro, de uma crioula de Pernambuco uma filha natural, que foi Inácia Paes”.

Acrescenta que esta se casou em primeiras núpcias com seu primo Bras Leme de Barros (filho de Vaz-Guaçú, fundador de São Roque); enviuvando e, herdeira da grande fortuna de seu marido a que

juntou a de seu pai, tornou-se fácil contrair segundo casamento com o Sargento-mór João Martins Claro, natural de Miranda do Douro, que viera de Portugal integrando o real cortêjo de D. Manoel Lobo.

Proprietário abastado da enorme fazenda, dotada de todo o conforto compatível com a época, hospedou o capitão Fernão Paes, com a maior prodigalidade o ilustre fidalgo lusitano, deu-lhe avultada quantia em dinheiro e os três melhores cavalos da cavalaria que mantinha naquela fazenda. De fato, cem mil réis representavam uma fortuna, e só mesmo um nababo latifundiário como Fernão, poderia dar-se a rasgos de generosidade como êsse.

O Sargento-mór João Martins Claro hospedado com idêntica fidalguia na mesma propriedade juntamente com D. Manoel, ali conheceu Inácia Paes, viuva, com quem veio a casar-se.

Martins Claro dedicava-se a pesquisas de mineralogia. Segundo consta de um manuscrito (espécie de diário, ou memória) elaborado há mais de cem anos pelo sanroquense Antônio Joaquim dos Santos (18) sabia-se em São Roque que o referido Sargento-mór português, na companhia de Martim Francisco, o velho, e de um certo Cel. Policarpo, realizou explorações em procura de veio aurífero, no morro do Saboó, situado nas imediações da então vila de São Roque. Mas não consta que tenha encontrado ali o procurado veio, ou descoberto qualquer outro metal precioso.

Ainda a propósito do genro de Fernão Paes. Em seu excelente *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* apresenta Basílio de Magalhães curioso documento que encontrou em pesquisa, no Arquivo Nacional: a patente firmada pelo Governador Arthur de Sá e Menezes, datada de 7 de fevereiro de 1698 pela qual autorizava João Martins Claro

“que tirasse de seu serviço, 10 negros, mandando-os em companhia de Manoel de Aguiar e Mendonça a explorar os morros do Bathé (*sic*) para efeito de saber se havia ouro de beta” (19).

(Os *negros* acima mencionados eram índios, conforme a terminologia da época: quando se tratava de negros africanos a expressão era — *negros da Guiné*). Na transcrição acima, ao deparar com o nome “Bathé” fica Basílio de Magalhães indeciso, indagando, entre parentesis, se não seria “Taubaté”. Quanto a esta passagem, posso esclarecer com absoluta segurança — trata-se de Ibaté. Os que co-

(18). — A. J. Santos, *Fragments históricos de São Roque* (do arquivo do Prof. Silveira Santos).

(19). — B. Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 3a. edição, 1944.

nhecem o município de São Roque sabem que êle é cortado pela Serra do Ibaté, cujas montanhas seguem em cadeia além da atual cidade, em direção ao bairro de Santo Antônio. Como se vê, Martins Claro esteve interessado em pesquisas nas montanhas que se erguem nas cercanias de São Roque — o Saboó e o Ibaté.

Depois da morte do Cap. Fernão Paes de Barros, em 1709 a enorme propriedade rural de Santo Antônio passou a pertencer, por herança, ao sargento-mór João Martins Claro, genro de Fernão. Pela enorme criadagem e numerosos agregados que possuía, a fazenda era auto-suficiente, produzia de tudo para o próprio consumo — panos de algodão, vinho, pães, doces de marmelada; enorme variedade de carnes, caças e bem assim trigo, cujo excedente era exportado para Portugal.

Êste fato, mencionado no citado manuscrito de A. J. Santos, consta também do testamento de Fernão Paes. Com efeito, declara êste possuir lotes de bestas de carga, próprias para o transporte dos fardos de trigo, da fazenda para São Sebastião, pôrto por onde se faziam as exportações para Portugal.

O casal Martins Claro-Inácia Paes, deixou 5 filhas: Catarina, Joana, Maria, Ana e Luiza, as quais por sua vez, se casaram e vieram a tornar-se troncos de tradicionais famílias de Sorocaba, Itú e São Paulo (Capital). E' o que informa Silva Leme, no III vol. da *Genealogia*, baseado nas anotações de Pedro Taques.

A procura do ouro, dos metais preciosos e diamantes foi sempre a preocupação máxima, uma quase neurose coletiva dos colonos, os "leais vassallos de Sua Majestade", sonho de riquezas descomunais, que os embalou de meados a fins do século XVII. Daí a intensa atividade das bandeiras paulistas nesse período. Outra preocupação era a questão racial ou de "pureza do sangue" pelo que, nas justificações feitas em cartório, era importante que os colonos declarassem que seus antepassados descendiam das principais cepas ibéricas

"de nobreza provada, sem sangue de judeu, mouro, nem nenhuma outra infecta nação"...

Era assim naqueles tempos bárbaros, quando a Inquisição em Portugal deportava os judeus, ou os encaminhava para a fogueira... D. Maria Mendonça, católica, virtuosa espôsa e companheira do Cap. Fernão, teve por certo, ascendentes israelitas, mácula imperdoável para um nobre, o que determinou a separação do casal. Operada a separação, Fernão Paes de Barros deixou descendência ilustre pelo lado de sua filha ilegítima, Inácia Paes, a quem d. Maria criou como filha.

Aludindo a êste episódio, Mário de Andrade faz a seguinte observação pitoresca, referindo-se a Fernão Paes:

... "morreu a 30 de março de 1709, sem deixar filhos de seu casamento. Mas de solteiro inventara uma filha bastarda, tida duma mulata de Pernambuco, que perpetuou a raça boa" (20).

Outro aspecto curioso: o caráter feudalista da época transparece claramente através do funcionamento dos solares rurais seiscentistas, e a residência de Fernão Paes não foge à regra, conforme assinalou o arquiteto Luis Saia (21).

* *
*

IV

MÁRIO DE ANDRADE E A RESTAURAÇÃO DOS MONUMENTOS — TRANSFORMAÇÃO DÊSTES EM MUSEUS — SITUAÇÃO ATUAL.

Na última carta que Mário de Andrade enviou a Paulo Duarte, então nos Estados Unidos (datada de 15 de fevereiro de 1945), comunicava, em determinado trecho, o seguinte:

... "Capela e casa-grande estão sendo restauradas pelo Serviço do Patrimônio. Vão ficar irreconhecíveis a v., repostas como foram, no século XVII. Basta lhe dizer que na casa foi repôsto o alpendre central, a capela tem alpendre e a fachada é todinha colorida" (22).

O meticuloso trabalho técnico da restauração foi pessoalmente dirigido por Luis Saia, grande autoridade no assunto. Na ocasião era êle assessor de Mário de Andrade no Serviço do Patrimônio, órgão do qual, após a morte de Mário de Andrade passou a ser diretor, ou Delegado em São Paulo, cargo que exerce presentemente.

Iniciadas as obras de restauração, Mário de Andrade acompanhou-as de perto, com insopitável entusiasmo. Sentia-se eufórico.

(20). — Mário de Andrade, *A Capela do Sítio Santo Antônio*, in "São Roque". Revista do SPHAN, nº 1, 1937.

(21). — Luis Saia, *op. cit.*

(22). — Paulo Duarte, cf. artigo no "O Estado de São Paulo" de 21 de fevereiro de 1947.

Realizara seu velho sonho, iria transformar aquilo em Museus coloniais, para doá-los a São Paulo; e de acôrdo com o primitivo plano, faria construir ali por perto, em meio daquele recanto aprazível, uma colônia de férias para artistas e escritores.

Bem se pode imaginar, portanto, a satisfação íntima com que Mário de Andrade, a 15 de fevereiro enviou a carta acima mencionada a Paulo Duarte. E' que nos últimos anos de sua vida a aquisição do sítio de Santo Antônio passou a ser para êle, o objetivo principal, uma quase obsessão, tal era a grandiosidade do plano que pretendia ali realizar.

O plano vinha de longe. Quando em 1937, na companhia de Paulo Duarte visitou pela primeira vez a capela, não se conteve, alvo-roçou-se com o que acabava de contemplar e na mesma ocasião firmaram um acôrdo de que haveriam de adquirir o sítio, os dois escritores conjuntamente, ou qualquer dêles em separado. Na verdade, e conforme o saudoso intelectual afirmou, aquêle primeiro contacto com o passado seiscentista, trouxe-lhe uma torrente de evocações misturadas com uma sensação de deslumbramento.

A propósito, publicou longo artigo no nº 1 da *Re vista do SPHAN*, em 1937, no qual, com incontido entusiasmo, propõe

“reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices de um tempo de lutas e o resto de luxos esburacado, que o acaso se esqueceu de destruir. Está neste caso a deliciosa capela de Santo Antônio, em São Roque”.

Mais adiante, depois de ressaltar os diversos aspectos da capela, assim se refere à decoração interna:

“Como pintura, o que interessa grandemente são as decorações do tecto. Tôdas elas admiráveis, apesar do estado ruinoso em que se acham, ainda proporcionam a êste interior silencioso e desengonçado o seu timbre mais sincero de suntuosidade. Pelo que ainda existe dêsses tectos bonitos, considero-os possíveis de restauração quase completa, — o que deve ser feito”.

A seguir expende oportunas observações, apreciando como crítico de artes plásticas o requintado lavor do altar-mór, folheado a ouro, das imagens, dos baixos relevos existentes nos retábulos, do púlpito de talha dourada, tudo revelando a criação de autor experimentado na escultura de madeira.

Outro conhecido especialista, o arquiteto Lúcio Costa, na mesma *Revista do SPHAN* também se refere longamente à capelinha de Santo Antônio, enaltecendo o valor da ornamentação, o traçado artístico, os

arabescos, a maneira graciosa e delicada com que foi esculpido o retábulo do altar-mór. Tece várias considerações, descreve o interior da ermida e acrescenta:

“O valor dessas peças como raridade, e seu interesse artístico são de tal ordem que é muito de estranhar — acessíveis como se encontram — não tivessem ainda despertado a atenção de nossos entendidos em arte colonial!”

Em seguida, nota que o Estado de São Paulo, supostamente tido como pobre em arte colonial

“conserva ainda *os dois únicos exemplares do gênero*: os retábulos das capelas do Voturuna e de Santo Antônio, em São Roque” (23).

Com autoridade, observa Lúcio Costa que os desenhos dos retábulos fogem do comum dos cânones lusitanos: de modo que tudo indica, no caso, tratar-se de obra de artista daqui, com criação própria, labor de artista anônimo, experimentado em escultura de madeira.

Também Luís Saia, na já citada monografia descreve pormenorizadamente, através de metucioso estudo, as construções rurais paulistas do século XVII, situadas nos arredores de São Paulo, examinando-as em seus diferentes aspectos: material empregado nas paredes internas e externas, arquitetura, vigamento, situação topográfica, disposição dos alicerces, dos cômodos, das côres, da ventilação, das divisões internas, funcionamento etc. Uma observação curiosa do autor: nas residências rurais seiscentistas não havia o menor vestígio de cozinha, o que o leva a crer que as refeições seriam então preparadas ao ar livre, em tripeças, ou ao abrigo de ranchos, como faziam as mulheres indígenas.

Num trabalho publicado há tempo, o historiógrafo paranaense, prof. David Carneiro focaliza a evolução dos museus através das diferentes épocas e das sucessivas gerações, e lembra que a função social dêles é instruir o povo, dar-lhe idéia da maravilha do mundo em que vive e ligá-lo ao passado, pela tradição da seqüência histórica (24).

Mário de Andrade perfilhava idêntico ponto de vista e o explanou longamente, na carta aberta que dirigiu a Paulo Duarte, e por êste incluída na íntegra no citado volume *Contra o vandalismo e o extermínio*. O saudoso escritor desejava que nossos museus fôssem orga-

(23). — Lúcio Costa, *A arquitetura jesuítica no Brasil*, in “Revista do SPHAN”, nº 5, 1941.

(24). — David Carneiro, *Os museus, sua história e função*. Curitiba, 1931.

nismos vivos, modernos, sugestivos e atuantes, de modo a que se tornassem uma fonte de ensinamentos e, por conseguinte, um meio ou um complemento da educação do povo.

Outra questão importante: entendia Mário de Andrade que a arte, ou melhor, a cultura devia ser levada ao povo, a fim de elevar-lhe o nível de conhecimentos e assim melhorar as condições de vida, em geral; pois não achava justo que apenas pequenos grupos de burgueses apatacados, pudessem fruir os benefícios da arte.

Dai a sugestão que apresentou, no sentido de que o Governo instituisse os museus volantes, que se transportassem de cidade a cidade, a exemp'lo do que é feito em certos países da Europa e mesmo nos Estados Unidos, para assim levar a arte e a cultura para as populações do Interior, para a grande massa anônima de nossa gente. Guias ou críticos de arte, acompanhando os museus se encarregariam, como "cicerones" de proferir palestras elucidativas, em linguagem simples e acessível.

Por isso, exultou de alegria quando, após a aquisição do sítio de Santo Antônio em 1945, acompanhou os primeiros trabalhos técnicos da restauração, antevendo, em seu deslumbramento, a futura imp'antação naquele recando histórico, dos museus paulistas de arte colonial. Infelizmente não pôde ver concretizada essa aspiração, porque faleceu repentinamente a 25 de fevereiro daquele ano — exatamente há 25 anos.

Mas o passo inicial já estava dado.

* *
*

SITUAÇÃO ATUAL.

As obras de restauração se arrastaram mosamente, devido a diversos contra-tempos, entre os quais dificuldades financeiras, pois as verbas federais só se movimentavam a custo, em pequenas parcelas, sempre com grande atraso. Durante algum tempo, houve mesmo uma paralização quase completa.

Contudo, os trabalhos, e sempre sob a direção técnica do dr. Luís Saia, foram executados, sobretudo os mais urgentes. Em 1952 estava concluído o principal, conforme se vê de longa reportagem do correspondente do jornal "O Estado de São Paulo", em São Roque (25).

(25). — Roque Verani, *As reliquias de São Roque*, in "O Estado de São Paulo" de 13 de agosto de 1952.

Mas, além da demora na liberação das verbas federais, dois outros graves impecilhos perduravam, complicando a situação. Primeiro, a dificuldade de acesso: a estrada de São Roque a Santo Antônio terá a extensão de uns 7 kms., e vai em zigue-zagues, por entre montanhas e colinas, em meio de paisagens encantadoras, mas é estreita e o leito, de terra batida, normalmente esburacado, transforma-se em lamaçal na época das chuvas.

Parece-nos que os Prefeitos e vereadores sanroquenses, que de 1950 para cá se sucederam no govêrno local, não se aperceberam da extraordinária importância do sítio histórico — mas não foi por falta de quem lhes chamasse a atenção, pela imprensa.

Outra situação ambígua se manteve por muito tempo: Mário de Andrade, entusiasmado com a aquisição do sítio, transmitiu imediatamente a boa nova a seus amigos, escreveu a Paulo Duarte comunicando que faria a doação do imóvel ao Patrimônio Histórico, disso não fez segredo. Aconteceu, porém, que faleceu repentinamente, sem que tivesse formalizado a transferência, como desejava.

Assim, a família ficou de posse dos terrenos e preferiu continuar com eles, talvez supondo fôsse elevado o valor venal da gleba; não poderia, é claro, vender os monumentos, porquanto estavam tombados pelo Patrimônio Nacional. Nessas condições, tôda a área adquirida por Mário de Andrade, permaneceu em poder de seus parentes, até por volta de 1963 ou 1964.

Quanto à estrada, em outubro de 1954, uma comissão de diretores da Sociedade dos Amigos da Cidade de São Roque, composta dos srs. Moacyr Nagib dos Santos, João Gennari e o autor dêste trabalho, foi recebida em audiência, juntamente com Luís Saia, pelo dr. Nilo Andrade do Amaral, então Secretário da Viação. A êle fizemos entrega de um memorial em que se solicitavam melhoria e reparos para a estrada histórica (26).

E de fato, êsse apêlo deu algum resultado, porque o dr. Nilo do Amaral determinou que o DER efetuasse os melhoramentos e consertos mais urgentes na estrada, a qual, ao menos por algum tempo, passou de péssima para transitável.

Finalmente, entre 1963 e 1964 a família do saudoso escritor resolveu entregar ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, parte da área em que se acham os monumentos. As obras de restauração já em fase final de acabamento, puderam então rétomar seu ritmo de continuidade.

(26). — Cf. notícia no *O Democrata* de São Roque, de 9 de outubro de 1954.

A direção daquele órgão federal (hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — DPHAN) deu seguimento aos trabalhos, ao mesmo tempo em que, uma campanha para a obtenção de fundos, em boa hora encetada pela Sociedade dos Amigos do Patrimônio Histórico, de São Roque, permitiu que Luís Saia realizasse várias obras de embelezamento paisagístico nos arredores dos monumentos; e, bem assim, a construção de uma casa de campo para o zelador.

Em janeiro de 1964, porém, uma delegação de 30 estudantes da Faculdade de Arquitetura de Pôrto-Alegre (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), acompanhada de 2 professores, não conseguiu chegar ao local histórico, porque, devido às fortes chuvas que caíram na ocasião, o ônibus que os conduzia ficou atolado no lamaçal. . . À vista disso, o então Prefeito Heitor Boccato providenciou que se fizessem reparos urgentes na estrada, a qual, agora se apresenta felizmente, em boas condições de tráfego.

Em breve, o precioso conjunto seiscentista será oficialmente inaugurado e entregue à visitação pública. Esperamos que isso aconteça ainda neste ano, em que transcorre o 25º aniversário do falecimento de Mário de Andrade. E' grande a curiosidade do público em tórno da capelinha e da casa residencial erigidas no século XVII. Na verdade, são freqüentes os visitantes que para lá se dirigem, sobretudo nos domingos e feriados.

E' que diversas publicações, mormente reportagens jornalísticas têm ressaltado, inclusive do ponto de vista turístico, a importância do sítio em apreço.

“Finalmente tudo indica ter garantida sua existência para a posteridade, também com a condição de grande atrativo turístico, um dos mais valiosos monumentos históricos de São Paulo, representante de heróico ciclo em que os paulistas se destacavam num dos maiores movimentos de conquista da terra, de tóda a América.

O harmonioso conjunto constituído pela casa e capela de Fernão Paes de Barros, situado em leve encosta de um vale, nas proximidades de São Roque, foi definitivamente doado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por vontade expressa de Mário de Andrade e já manifestada várias vêzes, antes de seu falecimento, em 1945”.

Com essas palavras inicia o jornalista prof. Alaôr Pacheco Ribeiro o artigo de fundo, ilustrado com fotografias, na secção de “Turismo” que mantinha às sextas-feiras num grande matutino paulistano (27).

(27). — A. P. Ribeiro, *Boy-poruçuguaba, sítio histórico é atração turística*, in “Fôlha de São Paulo” de 3 de setembro de 1965.

Essa e inúmeras outras reportagens e sugestivas publicações, têm divulgado a existência das duas preciosidades seiscentistas. Alunos das seções de História e de Arquitetura da Universidade de São Paulo têm realizado diversas excursões, a fim de conhecer *in loco* para seus estudos, as maravilhas de que ouviram falar em classe.

Seria demasiado longo mencionar tôdas as publicações — teses, monografias, artigos, reportagens em revistas e jornais — referentes ao sítio histórico de Santo Antônio. Contudo, não podemos deixar de registrar (afora as já citadas no decorrer destas notas) mais as seguintes: *Capelas antigas de São Paulo* de Sérgio Buarque de Holanda, Rev. SPHAN, nº 5, 1941; “Casa-grande e capela do sítio Santo Antônio” de Daniel Linguanotto, “Jornal das Artes”, nº 1, 1949; “A ermida histórica perto de São Roque” de Tito Silveira, “A Gazeta” de 22 de novembro de 1952; “A mais antiga casa de legitimo Bandeirante” de Barros Ferreira, “O Estado” de 20 de novembro de 1955. “No velho São Paulo” de Afonso de Taunay, ed. 1954, vol. I.

O autor do presente ensaio tratou do mesmo assunto numa tese apresentada ao Congresso Mundial de História, reunido em São Paulo, no Instituto Histórico, em comemoração ao IV Centenário da Fundação de São Paulo (aprovada na sessão de 9 de setembro de 1954, relator J. B. Martins Ramos); e também num trabalho publicado na Revista *Anhembi* (28) e através de outros artigos, um dos quais no *Cruzeiro do Sul* de Sorocaba (29). Devo mencionar ainda, a excelente monografia do dr. Luís Saia, *A Casa Bandeirista* (30).

* *
*

Em conclusão: a casa residencial de Fernão Paes e a capela de Santo Antônio, em São Roque, teriam desaparecido em ruínas, não fôsse a interferência direta de Mário de Andrade. Foi êle quem preservou as duas preciosidades seiscentistas e legou-as ao Brasil, por intermédio do SPHAN, hoje DPHAN — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Neste ano de 1970, em que transcorre o 25º aniversário da morte do inesquecível escritor, é de se desejar, como dissemos, sejam inau-

(28). — *Os monumentos históricos de São Roque*, in “Revista Anhembi”, nº 46, volume XVI, 1954.

(29). — *Construções históricas em São Roque*, in “Cruzeiro do Sul”, 29 de janeiro de 1956.

(30). — São Paulo Edição da Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1955.

guradas e entregues à visitação pública as tricentenárias construções, cuja sobrevivência a êle devemos.

No Instituto de Estudos Brasileiros (IEB — Cidade Universitária) encontram-se cuidadosamente reunidos e catalogados o arquivo, a biblioteca e a coleção de artes visuais, que pertenceram ao festejado polígrafo. Trata-se de valioso acervo, que dá bem idéia do papel preeminente representado por Mário de Andrade entre seus contemporâneos e a influência marcante que sua obra exerceu no meio cultural em que viveu.

E ainda há pouco, assinalando o 25º aniversário da morte do autor de *Macunaíma*, o suplemento literário do *O Estado de São Paulo* (31) foi inteiramente dedicado ao notável ensaista, cuja presença subjetiva permanece atuante entre seus numerosos ex-discípulos, amigos e admiradores. Bem assim, a edição comemorativa da *Revista do Arquivo Municipal* (32) foi igualmente dedicada ao fundador e primeiro diretor da mesma Revista.

Mas não encontrei, nessas publicações, nenhuma referência aos monumentos históricos que o saudoso escritor adquiriu e legou à posteridade. Assim pois, outra intenção não tive com o presente trabalho, senão focalizar êsse aspecto curioso, essa faceta quase desconhecida e que, por isso mesmo, abre novas perspectivas para que melhor se conheça a personalidade intelectual de Mário de Andrade: a paixão da história e das tradições de São Paulo.

Daí a homenagem que êle quis tributar ao passado de nossa terra e de nossa gente, expressiva homenagem essa, configurada através dos monumentos de arte e arquitetura, criados por nossos ancestrais. Por outro lado, assinalemos que Mário de Andrade pensou sempre em democratizar a arte e a cultura, queria torná-las acessíveis às massas anônimas do grande público. De modo que, ao preservar os dois monumentos em apreço (a casa bandeirista seria transformada em museu de arte colonial) esperava também conseguir aquele alto objetivo que o preocupava

— “despertar no povo o amor das coisas belas ou boas do passado”.

(31). — Sábado, 28 de fevereiro de 1970.

(32). — Janeiro-março de 1970, volume CLXXX.



Fig. 1. — Mário de Andrade, numa foto tomada no início das obras de restauração
(Do Arquivo do DPHAN).



Fig. 2. — Capela de Santo Antônio, antes das obras de restauração (Foto do DPHAN).

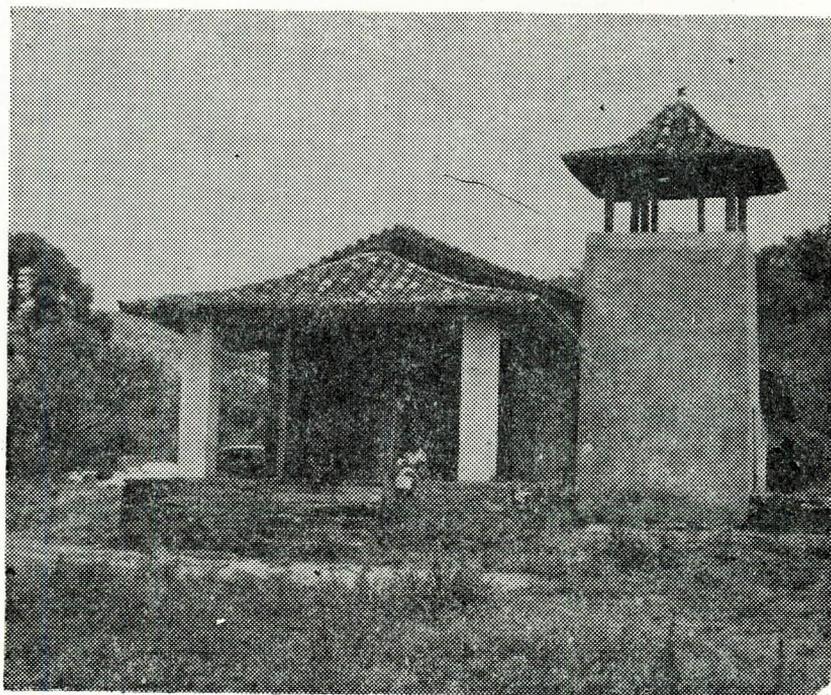


Fig. 3. — Casa residencial, antes da restauração (Foto do DPHAN).

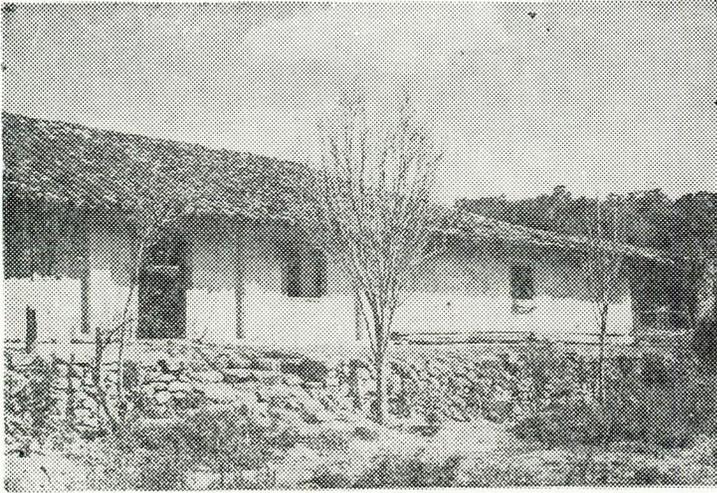


Fig. 4. — Capela de Santo Antônio, após a restauração (Foto de Alaor Pacheco Ribeiro).

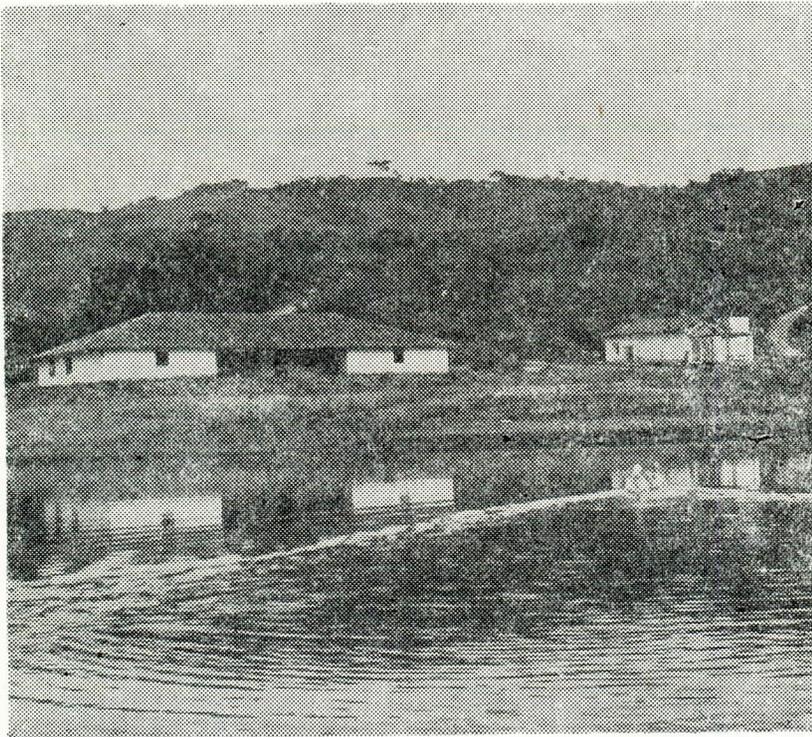


Fig. 5. — Vista atual do conjunto casa-grande e capela, tendo à frente um lago (Foto do DPHAN).